



A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA CRECHE: CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

Michele Dias Pinto¹

Creche Municipal Galba Farias Pimentel

Este relato de experiência objetiva mostrar como a Educação Infantil numa perspectiva inclusiva pode mediar o desenvolvimento infantil em suas múltiplas facetas, contemplando a diversidade humana. Neste caso, especificamente as NEE de uma criança com Paralisia Cerebral, matriculada na turma maternal II e apoiada desde o berçário pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado) da SRM (Sala de Recursos Multifuncionais) implantada na Creche Municipal Galba Farias Pimentel, situada no bairro do Jardim Continental, município de Campina Grande, Paraíba. A proposta da SRM/AEE para este caso é investir em condições favoráveis ao desenvolvimento da motricidade e das capacidades comunicativas infantis através do plano de AEE, envolvendo a TA (tecnologia assistiva), especificamente um sistema de CAA (comunicação alternativa e aumentativa) produzido com o software Boardmaker Speaking Dinamicamente Pro v.6; além de adequação postural num enfoque lúdico que possa assegurar as bases da aprendizagem na Educação Infantil, de modo a contribuir de maneira complementar/ suplementar com o trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras da sala regular. Os resultados parciais alicerçam a implementação de novas ações inclusivas no âmbito da creche e colaboram com um serviço de Educação Infantil de boa qualidade para todos. Além disso, poderá favorecer e impulsionar o interesse de outras instituições no desenvolvimento de propostas que delineiem processos inclusivos (a exemplo do conceito de desenho universal da aprendizagem) no projeto político pedagógico, especialmente das instituições atendidas pela SRM da creche.

Palavras-chave: Educação Infantil, Paralisia Cerebral, Perspectiva Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Atualmente, são muitos os discursos acerca da inclusão com o acréscimo de adjetivos (escolar, social, digital) que vão lhe dando forma, consistência. Este relato aborda uma experiência de caráter educacional, não desmerecendo as outras formas de inclusão, até porque acredito que uma inclusão leva à outra, visto que seu objetivo é muito mais amplo que parece. O convite para atuar na sala de recursos multifuncionais, veio com um desafio, repleto de conhecimentos novos e instigantes. A SRM foi implantada na Creche Municipal Galba Farias Pimentel em outubro de 2010 por meio do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais/MEC/SEESP (posteriormente SECADI) onde foi disponibilizado metade do espaço da Sala de Leitura para começar. Em 2012, com a reforma do prédio, a SRM ganhou espaço próprio com porta alargada e banheiro adaptado, além de outras adaptações no prédio (como a rampa) visando à acessibilidade dentro do conceito de desenho universal. Com a

¹ Pedagoga, Especialista em Docência na Educação Infantil (UFCG), contato: micheleae@hotmail.com; Professora do AEE na SRM.



chegada de cada nova criança, o desafio crescia e ganhava novos contornos. O maior de todos os desafios era otimizar o atendimento e personalizar a atuação frente às necessidades da demanda. Eis a partilha das angústias, dos questionamentos, das dificuldades e da abertura de caminhos para a construção de uma sociedade mais humana e eminentemente inclusiva, através de ações concretas, situações reais que vão muito além dos discursos, leis e decretos. Inicialmente foi necessário traçar alguns objetivos claros para a implantação bem sucedida da Sala de Recursos Multifuncionais.

Primeiro, oferecer o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes, de modo que estes tenham acesso aos recursos e assistência pedagógica, necessários para o pleno aproveitamento da escolaridade regular, conforme preconiza a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Para isso, foi muito importante buscar os conhecimentos acerca da Perspectiva Inclusiva e como ela vem sendo construída ao longo do tempo. Falar de inclusão, muito mais que discursos e leis, envolve práticas e atitudes eminentemente inclusivas. Isto foi, na minha trajetória profissional, um mergulho no cerne da escola, seus dilemas, dicotomias. Envolveu bem mais que pesquisas, toda uma desconstrução/reconstrução do que é escola, ensinar, aprender, mediar aprendizagens; para que eu realmente pudesse ingressar nesse infinitamente rico universo das potencialidades.

Segundo, conscientizar as famílias e a comunidade dos direitos da pessoa com deficiência, em especial, o direito à educação nas salas de ensino regular. Talvez pareça algo simples, porém engloba a maneira de ser e estar de outras pessoas. E, geralmente as pessoas pensam e agem com base em conceitos, muitas vezes fortemente arraigados em suas mentes. Assim, interferir no pensamento de outros, no sentido de provocar reflexões acerca de como a sociedade e seus agentes (no caso, a escola) estão estruturadas e de como poderiam estar, é realmente uma tarefa de grandes proporções. E certamente nada simples. O conceito de deficiência como algo que limita e impossibilita acaba por fechar os olhos daqueles que atuam junto às pessoas com deficiência para aquilo que podem fazer, conquistar ou desenvolver. Além disso, o medo de que haja apelidos depreciativos, desprezo, zombaria, agressões leva os familiares de pessoas com deficiência a escondê-las, protegê-las a qualquer custo, até mesmo do desenvolvimento de suas capacidades.

Terceiro, promover e ampliar parcerias com os diversos segmentos da comunidade para incentivar a matrícula do público alvo do AEE nas escolas da região. Logo de início percebi que essa articulação seria de fundamental importância para o bom andamento do trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Foi gratificante receber o apoio da equipe técnica do núcleo. Isso mostrou o quanto é possível e até viável trabalhar em equipe,



de modo responsável e colaborativo dentro da escola pública. Firmar parcerias é algo complexo e muito dinâmico. O que hoje funciona bem, amanhã será absolutamente inviável. Também requer paciência, perseverança e sensibilidade para ver o outro e respeitar, aceitar as contribuições que o outro pode trazer ao trabalho.

Quarto, sensibilizar os educadores para as possibilidades da criança com deficiência na escola regular. Sempre que buscamos romper com os conhecimentos socialmente construídos e consolidados por décadas de atuação que, acredito sejam tão profundamente enraizados na mente e na prática dos educadores que figuram com tom de verdade absoluta, nos deparamos com a resistência teimosa do “isso nunca vai dar certo”. Então é preciso arregaçar as mangas e por mãos à obra, mostrando na prática como se dá a inclusão escolar, colocando à disposição recursos para pesquisa, fomentando discussões e questionamentos para a superação do “não estou preparado (a) para isto”, promovendo reflexões que permitam aos educadores perceber suas próprias potencialidades de ensinar na diversidade. Mas, principalmente deixar sempre uma abertura ao diálogo, para que a SRM e a sala regular sejam ambientes para aprendizagem significativa e democrática, de fato e de direito.

Atualmente a SRM da Creche Municipal Galba Farias Pimentel conta com a atuação de uma professora de AEE e atende 11 crianças conforme o quadro abaixo:

Situação de deficiência	Crianças atendidas
Transtorno do Espectro do Autismo	5
Deficiência Física /Paralisia Cerebral	2
Deficiência Múltipla (Paralisia Cerebral + Deficiência Intelectual)	1
Baixa Visão	1
Transtorno Global do Desenvolvimento	1
Deficiência Intelectual	1
Total	11



DELINEANDO CAMINHOS

O trabalho pedagógico na Educação Infantil busca mediar o desenvolvimento infantil em suas múltiplas facetas, contemplando a diversidade humana que permeia a comunidade onde a instituição está inserida. Entretanto, neste relato abordo o grande desafio de mediar o desenvolvimento atípico (ou singular)² de uma criança com Deficiência Física ocasionada por PC (Paralisia Cerebral) em um ambiente de educação institucionalizado, notadamente na sala do maternal II. Para atender a esta demanda específica, a proposta do AEE da Creche Municipal Galba Farias Pimentel, foi investir em condições favoráveis ao desenvolvimento das capacidades comunicativas infantis através do estudo de caso para elaboração do plano de AEE, que contempla aspectos da TA (tecnologia assistiva), utilizando especificamente CAA (comunicação alternativa e aumentativa); bem como assegurar o brincar enquanto eixo pedagógico fundamental na Educação Infantil (BRASIL, 2000; 2001).

Tendo em vista que o AEE tem caráter complementar/suplementar, ou seja, de suporte educacional (BRASIL, 2008), as ações estão sendo desenvolvidas em parceria com as professoras da sala regular, a cuidadora e a família da criança, tendo como principal foco identificar, problematizar e delimitar as NEE (necessidades educacionais especiais) que a criança com PC apresenta, para elaborar e fornecer a resposta educativa adequada ao desenvolvimento de suas potencialidades, na direção de uma Educação Infantil de qualidade (BRUNO, 2007; MENDES, 2010; MUNHÓZ, 2005).

CONSTRUINDO O PLANO DE AEE

Por meio de entrevistas com a mãe e as professoras, tendo como parâmetros questões referentes ao desenvolvimento infantil, foram colhidos dados acerca das NEE da criança, além da análise do parecer da maternidade e do relatório do fisioterapeuta. Esses dados serviram como norteadores na escolha dos recursos e na elaboração das estratégias com vistas a favorecer o desenvolvimento dos aspectos comprometidos na criança, notadamente o desenvolvimento motor e a capacidade comunicativa.

² O desenvolvimento de pessoas em situação de deficiência física, ocasionada por PC, geralmente apresenta comprometimento da fala, entretanto, isto não representa obrigatoriamente a existência de uma deficiência intelectual (PINTO, 2014).



Nesta direção o plano de AEE elaborado (que vem sendo reestruturado desde que a criança frequentava o berçário) objetivou contribuir com a organização de um ambiente pedagogicamente mediado onde seja possível:

- Favorecer o desenvolvimento das capacidades comunicativas por meio da elaboração e avaliação de um sistema de CAA que atenda às demandas do contexto sócio-histórico da criança;
- Possibilitar a construção da identidade pela criança, mediada pela linguagem;
- Ampliar as possibilidades de interação com o meio através do brincar;
- Identificar/Elaborar recursos que atendam as NEE da criança;
- Construir instrumentos de registro para acompanhamento e avaliação do processo pedagógico de AEE.

DESCREVENDO O PERCURSO

No primeiro momento, foi necessário posicionar-se quando a condição de deficiência, o que envolveu: sensibilizar a família e a comunidade escolar para as NEE da criança e suas possibilidades de desenvolvimento. Partindo disso, orientar a família para a busca de assistência essencial para a pessoa com deficiência física, como fisioterapia e acompanhamento neurológico, associado aos cuidados básicos de puericultura, entre outros; além da salvaguarda legal do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e documentação necessária.

No segundo momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica (PINTO, 2014) quanto aos subsídios teóricos e metodológicos para alicerçar a prática pedagógica da sala regular com uma criança em situação de deficiência física.

Durante estes dois primeiros momentos, a parceria AEE/sala regular foi muito importante, para que o suporte inicial às educadoras fosse adequado. Esse suporte se deu pelo estabelecimento do diálogo acerca das ações desenvolvidas com a criança no ambiente da sala regular e socialização de informações sobre adaptações de atividades e uso dos recursos através do AEE na SRM.

Na sequência, foi identificado o recurso (software) Boardmaker with Speaking Dynamically Pro V.6 para a elaboração das fichas e pranchas de comunicação personalizadas; bem como a necessidade do uso da cadeira de rodas, copo com tampa e colher adaptada. Também foram construídos alguns recursos adaptados (MANZINI, 2005) mais adequados às NEE da criança, como uma calça-almofada de contenção tendo em vista a adequação postural



na cadeira de rodas (por não ser adaptada a cadeira era muito grande para a criança). Essas ações favoreceram a mediação pedagógica, considerando ainda, as possibilidades de participação da criança com PC nas atividades cotidianas da sala regular.

Durante a realização das ações, foram feitas observações e registros por meio de fotos, filmagens e anotações num caderno de acompanhamento que denominei “diário de bordo”. Com os instrumentos de registro para acompanhamento e avaliação do processo pedagógico de AEE, foi possível sistematizar as ações e construir um portfólio com os resultados e observações na perspectiva da reelaboração de ações do plano de AEE.

RESULTADOS OBTIDOS

Apesar da dificuldade inicial envolvida em tratar da situação de deficiência junto à família, visto que esta é constatação sempre desafiadora, a colaboração por parte da família com o AEE foi bastante positiva. Considerando-se a especificidade sócio-histórica da família, após um momento de resistência à situação, houve plena prontidão e empenho, especialmente da mãe em envolver-se nas ações propostas.

Quanto às educadoras, frente ao novo desafio, demonstraram certo receio quanto ao como realizar a mediação, revelando seu compromisso e dedicação à qualidade do trabalho na Educação Infantil. Houve colaboração e disponibilidade em conversar sobre a mediação com a criança, evidenciando imensa satisfação a cada nova conquista da criança em seu desenvolvimento. Isso impulsionou algumas educadoras a aprofundar seus conhecimentos acerca da PC, ampliando e refinando o olhar pedagógico para mediar as NEE da criança.

Ao incluir a criança com PC nas atividades cotidianas, pode-se ainda, sensibilizar a comunidade como um todo para a aceitação e o respeito à diversidade humana, no que se refere à situação de deficiência. A criança com PC foi classificada em primeiro lugar no concurso “Família que cuida: Bebê saudável e feliz” da III Semana do Bebê de Campina Grande em 2014, constituindo um importante reconhecimento do trabalho desenvolvido por toda a equipe da Creche Galba Farias Pimentel enquanto instituição pública de Educação Infantil Inclusiva de qualidade.

AMPLIANDO OS HORIZONTES



Através das ações descritas neste relato e de tantas outras desenvolvidas na SRM desde sua implantação em 2010 até o momento atual, foram consolidados os processos inclusivos no âmbito da Educação Infantil desenvolvida na creche, enquanto instituição pública municipal compromissada com a qualidade das vivências ofertadas a diversidade humana que a frequenta. Para tanto, a compreensão das premissas filosóficas que sustentam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva foi de fundamental importância e figura no projeto político pedagógico da instituição.

Outro aspecto interessante e absolutamente necessário para o avanço na construção dos processos inclusivos é o conceito de desenho universal para a aprendizagem (NUNES; MADUREIRA: 2015). Discutir suas premissas e contribuições para o AEE. Considero este como o próximo passo nesta caminhada cheia de desafios e possibilidades. Mas essa, é outra história...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. (org) *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/neuro-motora*. Brasília: MEC /SEESP, 2005.

BERSCH, R.; SCHIRMER, C. Tecnologia assistiva no processo educacional. In: *Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial. *Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência: recursos para a comunicação alternativa*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

BRUNO, M. M. G. A construção da Escola Inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil. In: *Ensaio pedagógicos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (org.). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: cultura Acadêmica, 2012.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: *Ensaio pedagógicos*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

MENDES, E. G. *Inclusão Marco Zero: começando pelas creches*. Araraquara, SP:



Junqueira&Marin, 2010.

MUNHÓZ, M. A. Educação Infantil no sistema educacional inclusivo. In: *Ensaio pedagógicos – Construindo escolas inclusivas*. 1. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. *Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo Práticas Pedagógicas Inclusivas*. Lisboa, Portugal, 2015
<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf> Acesso em: 18/09/2016.

PERES, R. C. N. C.. *O lúdico no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral espástica*. Rev. Bras. de Cresc. Des. Hum. São Paulo: 2004. Disponível em: <www.revistas.usp.br/...d/article/download/40114/42980>. Acesso em: 25/07/2014.

PINTO, M. D. *Discutindo práticas de AEE para a educação infantil: uma proposta pedagógica inclusiva para a criança de 0 a 2 anos com paralisia cerebral*. Monografia (Especialização). Campina Grande: UFCG, 2014.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa*. Brasília: MEC; Fortaleza: UFC, 2010.

TRISTÃO, R. M. *Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

